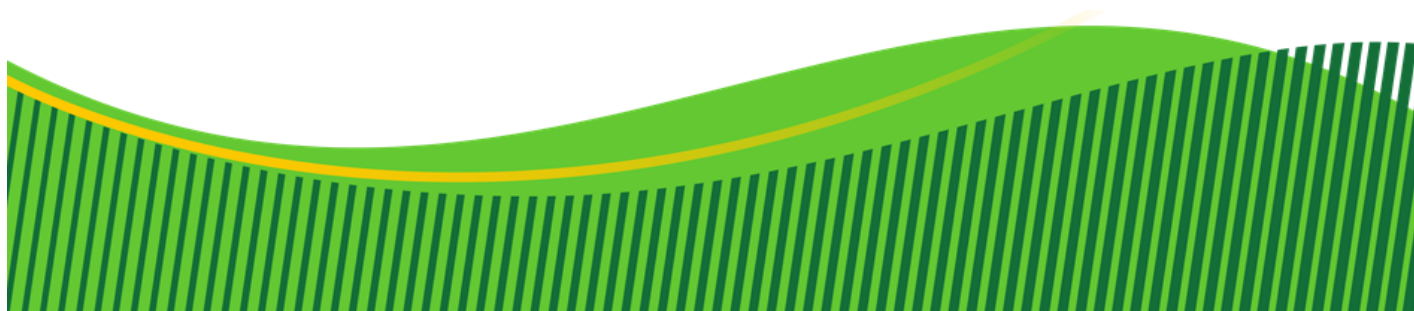


# Relatório Anual 2017

## Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Rio Paraná PR/SP - Sicredi Rio Paraná PR/SP

Diretoria Executiva de Administração  
Superintendência de Controladoria  
Gerência Contábil





Centro Empresarial Mostardelo  
Av. Mostardelo, 322  
10º andar – Moinhos de Vento  
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500  
Fax: +55 51 3204-5699  
www.ey.com

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos

Administradores e Associados da

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Rio Paraná PR/SP - Sicredi Rio Paraná PR/SP**

Nova Londrina - PR

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Rio Paraná PR/SP - Sicredi Rio Paraná PR/SP ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Rio Paraná PR/SP - Sicredi Rio Paraná PR/SP em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha  
Contador CRC – 1SP214144/O-1

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Rio Paraná PR/SP - Sicredi Rio Paraná PR/SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

### Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à anpliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	36.936	37.387
Carteira de Crédito *	200.538	170.998
Depósitos	186.296	242.316
Patrimônio Líquido	70.651	58.627
Capital	27.808	38.100
Resultado Antes das Destinações	11.584	6.564
Rentabilidade do PL	16,40%	11,20%

valores em milhares de Reais

\* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Rio Paraná PR/SP - Sicredi Rio Paraná PR/SP  
CNPJ/MF nº 81.206.039/0001-61

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	314.159	254.027	CIRCULANTE	135.487	115.311
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	5.668	6.284	DEPÓSITOS (NOTA 11)	69.996	58.106
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	168.533	129.128	Depósitos à Vista	58.507	44.089
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	62	768	Depósitos a Prazo	11.489	14.017
Correspondentes no país	319	591	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	30.010	30.846
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	168.152	127.769	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	15	2
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	121.840	104.524	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	29.995	30.844
Operações de Crédito	132.396	116.626	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	619	678
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(10.556)	(12.102)	Recursos em Trânsito de Terceiros	619	678
OUTROS CRÉDITOS	16.350	13.096	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	2.477	2.342
Créditos por Avais e Fianças Honrados	50	87	Empréstimos País - Outras Instituições	2.477	2.342
Rendas a Receber	747	645	OUTRAS OBRIGAÇÕES	32.385	23.339
Diversos (NOTA 07)	15.772	12.538	Cobrança e Arrecadação de Tributos	72	45
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(219)	(174)	Sociais e Estatutárias	1.486	840
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	1.768	995	Fiscais e Previdenciárias	748	724
Outros Valores e Bens	2.691	2.084	Diversas (NOTA 14)	30.079	21.730
(Provisão para desvalorização)	(1.040)	(1.234)			
Despesas Antecipadas	117	145			
NÃO CIRCULANTE	68.143	47.631	NÃO CIRCULANTE	188.188	136.043
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	68.143	47.631	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	188.188	136.043
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	1.998	434	DEPÓSITOS (NOTA 11)	172.320	124.355
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.998	434	Depósitos a Prazo	172.320	124.355
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	49.158	30.707	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	15.868	11.688
Operações de Crédito	52.447	35.820	Repasse Interfinanceiros	15.868	11.688
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(3.289)	(5.113)			
OUTROS CRÉDITOS	322	-			
Diversos (NOTA 07)	332	-			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(10)	-			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	4	57			
Despesas Antecipadas	4	57			
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	6.090	5.830	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	58.627	50.304
Outros Investimentos	6.090	5.830	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	38.100	33.565
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	7.348	7.659	De Domiciliados no País	52.787	44.202
Imóveis de Uso	1.842	1.844	(Capital a Realizar)	(14.687)	(10.637)
Outras Imobilizações de Uso	10.153	9.612	RESERVAS DE SOBRAS	19.956	16.518
(Depreciação acumulada)	(4.647)	(3.797)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	571	221
INTANGÍVEL (NOTA 10)	3.223	2.944			
Outros Ativos Intangíveis	6.003	4.982			
(Amortização acumulada)	(2.780)	(2.038)			
TOTAL DO ATIVO	382.302	301.658	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	382.302	301.658

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Rio Paraná PR/SP - Sicredi Rio Paraná PR/SP  
CNPJ/MF nº 81.206.039/0001-61

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>24.961</b>	-	<b>24.961</b>	<b>49.721</b>	-	<b>49.721</b>	<b>46.284</b>	<b>1</b>	<b>46.285</b>
Operações de Crédito	24.921	-	24.921	49.656	-	49.656	46.225	1	46.226
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	40	-	40	65	-	65	57	-	57
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	-	-	-	2	-	2
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(12.716)</b>	<b>(185)</b>	<b>(12.901)</b>	<b>(26.593)</b>	<b>(352)</b>	<b>(26.945)</b>	<b>(29.618)</b>	<b>(249)</b>	<b>(29.867)</b>
Operações de Captação no Mercado	(7.067)	(19)	(7.086)	(15.305)	(36)	(15.341)	(14.621)	(19)	(14.640)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.440)	(166)	(1.606)	(3.046)	(316)	(3.362)	(3.104)	(230)	(3.334)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.209)	-	(4.209)	(8.242)	-	(8.242)	(11.893)	-	(11.893)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>12.245</b>	<b>(185)</b>	<b>12.060</b>	<b>23.128</b>	<b>(352)</b>	<b>22.776</b>	<b>16.666</b>	<b>(248)</b>	<b>16.418</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(9.957)</b>	<b>1.216</b>	<b>(8.741)</b>	<b>(18.604)</b>	<b>2.314</b>	<b>(16.290)</b>	<b>(15.244)</b>	<b>2.628</b>	<b>(12.616)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.980	4.194	6.174	3.750	7.798	11.548	2.952	5.908	8.860
Rendas de Tarifas Bancárias	2.773	-	2.773	5.183	-	5.183	4.058	-	4.058
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(8.817)	(1.030)	(9.847)	(17.273)	(1.856)	(19.129)	(14.611)	(1.096)	(15.707)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(8.182)	(1.195)	(9.377)	(16.367)	(2.262)	(18.629)	(14.327)	(1.503)	(15.830)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(7)	(399)	(406)	(96)	(689)	(785)	(76)	(437)	(513)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	7.958	127	8.085	16.860	145	17.005	17.916	335	18.251
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(5.662)	(481)	(6.143)	(10.661)	(822)	(11.483)	(11.156)	(579)	(11.735)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>2.288</b>	<b>1.031</b>	<b>3.319</b>	<b>4.524</b>	<b>1.962</b>	<b>6.486</b>	<b>1.422</b>	<b>2.380</b>	<b>3.802</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>187</b>	<b>(3)</b>	<b>184</b>	<b>85</b>	<b>(7)</b>	<b>78</b>	<b>808</b>	<b>(21)</b>	<b>787</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>2.475</b>	<b>1.028</b>	<b>3.503</b>	<b>4.609</b>	<b>1.955</b>	<b>6.564</b>	<b>2.230</b>	<b>2.359</b>	<b>4.589</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	-	<b>271</b>	<b>271</b>	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	155	155	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	116	116	-	-	-	-	-	-
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>2.475</b>	<b>1.299</b>	<b>3.774</b>	<b>4.609</b>	<b>1.955</b>	<b>6.564</b>	<b>2.230</b>	<b>2.359</b>	<b>4.589</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	-	-	-	<b>1.955</b>	<b>(1.955)</b>	-	<b>2.359</b>	<b>(2.359)</b>	-
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>2.475</b>	<b>1.299</b>	<b>3.774</b>	<b>6.564</b>	-	<b>6.564</b>	<b>4.589</b>	-	<b>4.589</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	-	-	-	<b>(5.993)</b>	-	<b>(5.993)</b>	<b>(4.368)</b>	-	<b>(4.368)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.441)	-	(2.441)	(2.723)	-	(2.723)
Fates - Estatutário	-	-	-	(114)	-	(114)	(44)	-	(44)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(1.597)	-	(1.597)	(618)	-	(618)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.841)	-	(1.841)	(983)	-	(983)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	-	-	-	<b>571</b>	-	<b>571</b>	<b>221</b>	-	<b>221</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Rio Paraná PR/SP - Sicredi Rio Paraná PR/SP**  
**CNPJ/MF nº 81.206.039/0001-61**

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2016</b>	<b>26.441</b>	<b>14.917</b>	<b>690</b>	<b>42.048</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	685	-	(684)	1
Outras destinações	-	-	(5)	(5)
Saldo de Incorporação	1.990	-	-	1.990
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.398	-	-	3.398
Baixas de capital	(1.633)	-	-	(1.633)
Resultado do período	-	-	4.589	4.589
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(44)	(44)
Reserva Legal - Estatutária	-	618	(618)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.684	-	(2.724)	(40)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	983	(983)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2016</b>	<b>33.565</b>	<b>16.518</b>	<b>221</b>	<b>50.304</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>7.124</b>	<b>1.601</b>	<b>(469)</b>	<b>8.256</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2017</b>	<b>33.565</b>	<b>16.518</b>	<b>221</b>	<b>50.304</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	218	-	(218)	-
Outras destinações	-	-	(3)	(3)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.838	-	-	3.838
Baixas de capital	(1.925)	-	-	(1.925)
Resultado do período	-	-	6.564	6.564
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(114)	(114)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.597	(1.597)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.404	-	(2.441)	(37)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.841	(1.841)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2017</b>	<b>38.100</b>	<b>19.956</b>	<b>571</b>	<b>58.627</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>4.535</b>	<b>3.438</b>	<b>350</b>	<b>8.323</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não Auditado)</b>	<b>34.748</b>	<b>16.518</b>	<b>2.790</b>	<b>54.056</b>
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.941	-	-	1.941
Baixas de capital	(993)	-	-	(993)
Resultado do período	-	-	3.774	3.774
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(114)	(114)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.597	(1.597)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.404	-	(2.441)	(37)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.841	(1.841)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2017</b>	<b>38.100</b>	<b>19.956</b>	<b>571</b>	<b>58.627</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>3.352</b>	<b>3.438</b>	<b>(2.219)</b>	<b>4.571</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Rio Paraná PR/SP - Sicredi Rio Paraná PR/SP**  
**CNPJ/MF nº 81.206.039/0001-61**

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>3.261</b>	<b>5.296</b>	<b>10.635</b>
Resultado do semestre/exercício	3.774	6.564	4.589
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>(513)</b>	<b>(1.268)</b>	<b>6.046</b>
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(1.240)	(3.370)	3.745
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(194)	(195)	480
Provisão para desvalorização de outros créditos	50	55	51
Depreciação do imobilizado de uso	583	1.150	879
Amortização do intangível	368	743	439
Baixas do ativo permanente	33	101	385
Provisão para passivos contingentes	48	292	30
Destinações ao FATES	(114)	(114)	(44)
Dividendos SicrediPar	(47)	70	81
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>5.736</b>	<b>34.821</b>	<b>29.442</b>
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.540)	(1.565)	(226)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	4.533	707	(765)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	137	273	(85)
(Aumento) em operações de crédito	(23.693)	(32.397)	(15.084)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	1.452	3.343	250
(Aumento) em outros créditos	(2.498)	(3.700)	(1.992)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	223	(525)	-
Aumento em depósitos	10.809	59.854	42.224
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	251	(58)	375
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	103	135	441
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(44)	(138)
Aumento em outras obrigações	15.959	8.798	4.442
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>8.997</b>	<b>40.117</b>	<b>40.077</b>
Aquisição de Investimentos	-	(260)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(377)	(942)	(4.129)
Aplicações no Intangível	(585)	(1.021)	(884)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(962)</b>	<b>(2.223)</b>	<b>(5.013)</b>
Integralização de capital	1.941	3.838	3.398
Baixa de capital	(993)	(1.925)	(1.633)
Juros ao capital próprio	(37)	(37)	(40)
Distribuição de Sobras	-	(3)	(5)
Patrimônio Líquido de incorporada	-	-	1.990
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>911</b>	<b>1.873</b>	<b>3.710</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>8.946</b>	<b>39.767</b>	<b>38.774</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	164.874	134.053	95.279
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	173.820	173.820	134.053

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Rio Paraná PR/SP - Sicredi Rio Paraná PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 21/11/1988 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispendios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispendios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispendios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispendios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispendios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
<b>DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS</b>			
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(30.066)</b>	<b>199</b>	<b>(29.867)</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(12.092)	199	(11.893)
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(12.417)</b>	<b>(199)</b>	<b>(12.616)</b>
Outros Dispendios e Despesas Administrativas	(15.623)	(207)	(15.830)
Outros Dispendios e Despesas Operacionais	(11.743)	8	(11.735)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 17 de fevereiro de 2018.

## NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

### a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

### b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

### c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

### d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

### e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

### f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

### g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

### h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

### i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

### j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

### k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

**l) Depósitos a prazo**

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

**m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

**n) Impostos e contribuições**

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

**o) Ativos e Passivos contingentes**

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

**p) Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

**NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	5.668	6.284
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	168.152	127.769
Total	173.820	134.053

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

**NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.998	434
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.998	434
Total realizável a longo prazo	1.998	434

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	96.253	30.663	126.916	100.468
Financiamentos	9.263	5.639	14.902	7.571
Financiamentos rurais e agroindustriais	26.880	16.145	43.025	44.407
Carteira total	132.396	52.447	184.843	152.446

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	50	-	50	87
Devedores por compra de valores e bens	331	-	331	-
Títulos e créditos a receber (i)	11.476	1	11.477	8.104
Total	11.857	1	11.858	8.191

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	63.227	74.089	316	370
Nível B	1,00	83.327	42.045	848	420
Nível C	3,00	27.377	15.018	821	451
Nível D	10,00	7.646	8.733	765	873
Nível E	30,00	3.753	3.989	1.126	1.197
Nível F	50,00	1.715	4.287	858	2.144
Nível G	70,00	1.055	1.805	739	1.263
Nível H	100,00	8.601	10.671	8.601	10.671
Total (i)		196.701	160.637	14.074	17.389

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017					2016
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	4.118	28.853	31.830	20.657	85.458	66.915
Rural	228	5.124	21.528	16.145	43.025	44.407
Industrial	103	4.615	8.254	2.169	15.141	9.663
Comércio	1.253	15.769	10.832	9.105	36.959	27.609
Outros Serviços	287	5.020	6.439	4.372	16.118	12.043
Total	5.989	59.381	78.883	52.448	196.701	160.637

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	20.051	10,19	16.611	10,34
50 devedores seguintes	32.912	16,73	28.468	17,72
100 devedores seguintes	30.269	15,39	25.771	16,04
Demais	113.469	57,69	89.787	55,89
Total	196.701	100	160.637	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	17.389	13.593
Constituição de provisão	8.242	11.893
Movimentação de baixados para prejuízo	(11.557)	(8.097)
Saldo final	14.074	17.389

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 3.256 (2016 - R\$ 2.887 ), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 8.412 (2016 - R\$ 5.632 ).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	95	78
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.562	1.570
Devedores por depósitos em garantia	281	112
Impostos e contribuições a compensar	414	446
Títulos e créditos a receber	11.476	8.104
Cotas de consórcio	645	565
Devedores por convênios	681	637
Operações com cartões	36	37
Pendências a regularizar	233	162
Outros	349	827
Total Circulante	15.772	12.538

Devedores por compra de valores e bens	331	-
Títulos e créditos a receber	1	-
Total realizável a longo prazo	332	-

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	2.651	2.022
Imóveis	2.178	1.590
Veículos e afins	133	96
Máquinas e equipamentos	4	-
Bens em regime especial	336	336
Material em estoque	40	62
Despesas antecipadas	117	145
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(1.040)	(1.234)
Total Circulante	1.768	995

Despesas antecipadas	4	57
Total realizável a longo prazo	4	57

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 1.040 (2016 - R\$ 1.234) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	3.545	3.285
Sicredi Participações S.A.	2.544	2.544
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	6.090	5.830

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	821.360 ON	821.360 ON	1	1	3.545.331	3.285.348
	1.722.448 PN	1.722.448 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,29%	0,29%	0,61%	0,63%	1,85%	2,07%
Capital social	874.847	869.279	164	165	191.882	159.866
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	193.372	161.330
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	2.544	2.544	1	1	3.545	3.285

**NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL**

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	11.995	(4.647)	7.348	7.658
Imobilizações em curso	-	23	-	23	25
Terrenos	-	1.000	-	1.000	1.000
Edificações	4%	842	(110)	732	768
Instalações	10%	2.299	(813)	1.486	1.686
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.326	(1.235)	2.091	2.180
Sistema de comunicação	10%	143	(43)	100	100
Sistema de processamento de dados	20%	2.962	(1.815)	1.147	1.261
Sistema de segurança	10%	748	(310)	438	337
Sistema de transporte	20%	652	(321)	331	301
Intangível (i)		6.003	(2.780)	3.223	2.945
Investimentos Confederação		6.003	(2.780)	3.223	2.945
Total		17.998	(7.427)	10.571	10.603

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

**NOTA 11 – DEPÓSITOS**

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	58.507	-	-	58.507	44.089
Depósitos a prazo	3.809	7.680	172.320	183.809	138.372
Total	62.316	7.680	172.320	242.316	182.461

**NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS**

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	29.995	30.845
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	29.995	30.845
Total circulante	29.995	30.845
Recursos do Crédito Rural	15.868	11.688
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	15.868	11.688
Total exigível a longo prazo	15.868	11.688

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 26/10/2022, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

**NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS**

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	2.477	2.342
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	2.477	2.342
Total circulante	2.477	2.342

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 22/03/2018.



**NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	12.155	8.439
Obrigações por convênios oficiais	10	-
Provisão para pagamentos a efetuar	3.656	2.765
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	365	73
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	566	824
Pendências a regularizar	98	60
Operações com cartões	11.210	7.761
Demais fornecedores	1.265	1.092
Credores diversos	754	716
Total circulante	30.079	21.730

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

**NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES**

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	15	525	(219)	321
Cível	58	64	(78)	44
Total	73	589	(297)	365

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	321	15
Cível	Provável	44	58
Total		365	73

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 80; R\$ 461 e R\$ 608 (2016 - R\$ 250, R\$ 479 e R\$ 644), respectivamente.

A cooperativa, adicionalmente, possui em andamento processo administrativo, desde 31/08/2006, versando sobre matéria tributária em que discute a incidência do tributo ISSQN. O processo encontra-se em fase de Impugnação tramitando junto à Secretaria Municipal da Fazenda de Querência do Norte, atingindo o valor de R\$ 608, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

**NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	38.100	33.565
Total de associados	37.387	33.836

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 4.535 (2016 – R\$ 7.124), sendo R\$ 2.622 (2016 – R\$ 3.369) via integralização de resultados e R\$ 3.838 (2016 – R\$ 3.398), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.925 (2016 – R\$ 1.633).

**b) Juros ao Capital**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Rio Paraná PR/SP - Sicredi Rio Paraná PR/SP, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 7% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.441, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

**c) Destinações**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Rio Paraná PR/SP - Sicredi Rio Paraná PR/SP, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 70% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	6.564	4.589
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(2.756)	(1.928)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	21	-
Provisão PPR	52	(9)
Receita com atos cooperativos	1.936	937
Juros sobre capital próprio	1.025	1.144
Outros	(278)	(144)
Subtotal	2.756	1.928
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	1.998	434
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	168.152	127.769
Outros Créditos - Rendas a receber	617	450
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.705	1.792
Despesas antecipadas (Nota 08)	-	27
Investimentos (Nota 09)	6.090	5.830
Intangível (Nota 10)	3.223	2.945
<b>Passivo</b>		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	45.863	42.533
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	2.477	2.342
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	11.123	7.626
<b>Receitas</b>		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	65	57
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	2.084	1.466
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	15.084	14.009
Receita não operacional - Doação SFG	-	1.622
<b>Despesas</b>		
Operações de Empréstimos e Repasses	3.362	3.334
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	845	637
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	7.056	5.755

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	251	0,43%	347
Depósitos a prazo	2.864	1,56%	2.513
Operações de crédito	1.287	0,70%	1.238

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	2.002	1.524

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	704	666
Despesa de aluguéis	1.772	1.313
Despesa de comunicação	1.047	814
Despesa de manutenção e conservação	903	807
Despesa de material	473	518
Despesa processamento dados	369	237
Despesa de promoções e relações públicas	1.955	1.998
Despesa de propaganda e publicidade	319	298
Despesa de seguro	395	211
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.953	1.656
Despesa de serviços de terceiros	892	829
Despesa de serviços de vigilância e segurança	2.061	1.745
Despesa de serviços de técnicos especializados	786	604
Despesa de serviços de transportes	1.337	1.265
Despesa de viagem	688	467
Outras despesas administrativas	2.975	2.402
Total	18.629	15.830

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	641	2.108
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	14.776	13.593
Reversão de provisões operacionais	1.351	1.741
Outras rendas operacionais	237	809
Total	17.005	18.251

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.584	651
Contribuição O.C.E.	135	112
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	486	658
Contribuição Confederação Sicredi	4.517	3.261
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	609	605
Encargos da administração financeira	84	74
Repasse administradora de Cartões	505	473
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	743	443
Outras provisões operacionais	1.326	3.356
Outras despesas operacionais	1.494	2.102
Total	11.483	11.735

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	27.780	22.645
Total	27.780	22.645

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

## NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

### I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

### II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

### III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	56.379	48.942
Nível I (NI)	56.379	48.942
Capital principal - CP	56.379	48.942
Capital social	38.100	33.565
Reservas de capital	19.956	16.518
Lucros acumulados	571	221
Ajustes Prudenciais	(2.248)	(1.362)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	284.072	220.082
Margem de Capital (i)	19.450	20.331
Índice de Basileia (PR / RWA)	19,85%	22,24%
Situação de Imobilização (Imob)	8.324	9.242
Índice de Imobilização (Imob / PR)	14,77%	18,88%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

#### NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

---

Almir Schotten  
Diretor Executivo  
CPF: 710.200.129-00

---

Vanderlei Gonçalves de Oliveira  
Diretor de Operações / Contador  
CRC: PR-041736/O-6  
CPF: 024.582.629-70